

COMPARAÇÃO DE PERFIS DE FECUNDIDADE EM DUAS POPULAÇÕES CULTURALMENTE DISTINTAS: PORTUGUESA E CABO-VERDIANA RESIDENTE EM PORTUGAL

Ana de Saint-Maurice
ISCTE-IUL, asm@iscte.pt

Sónia Pintassilgo
ISCTE-IUL, sonia.cardoso@iscte.pt

Introdução

O contexto demográfico de modernidade, em Portugal, define-se pelo acentuado envelhecimento populacional que teve início na segunda metade do século XX e que se deve, entre outras causas, a uma quebra acentuada da fecundidade. A reconfiguração dos padrões fecundos caracterizou-se por uma diminuição progressiva dos valores do Índice Sintético de Fecundidade (ISF), desde a década de 1970, consolidada no início da década de 1980. Em 1982 deixou de ser possível assegurar a substituição das gerações, assumindo o ISF um valor inferior a 2,1 filhos por mulher.

Esta evolução é tributária de mudanças profundas no tecido social português, entre as quais se situa o aumento da escolarização feminina, a diversificação dos modelos familiares, a laicização da sociedade, o reposicionamento do papel social da criança e dos filhos, o acesso à contraceção moderna.

Apesar de o adiamento da maternidade não ter acompanhado o início do declínio da fecundidade, o ajustamento do calendário veio, posteriormente, reforçar os resultados da intensidade. Com efeito, na década de 1990, verificou-se um progressivo atraso no calendário fecundo (resultante, sobretudo, do adiamento do segundo filho), tendência que caracterizou as décadas seguintes e que se reforçou no contexto de crise económica que caracterizou os últimos anos.

Actualmente, o calendário e a intensidade da fecundidade pautam-se por idades médias no nascimento dos filhos próximas dos 30 anos e por uma intensidade pouco superior a 1 filho por mulher, respectivamente, verificando-se um progressivo afastamento entre os níveis desejados e os realizados na intensidade da fecundidade, suportado por uma gestão rigorosa do calendário fecundo e de todo o percurso reprodutivo, nomeadamente, em termos contraceptivos.

Considera-se a existência de factores diferenciadores dos níveis e padrões de fecundidade, nomeadamente, o efeito de género, de geração, o nível de qualificações, a situação socioprofissional e as situações familiar e conjugal (Bandeira, 1996; Mendes, 2002; Almeida et

al., 2002, Almeida et al., 2004; Cunha, 2005). São factores que se reflectem numa maior expressão, na fecundidade actual, de população feminina fortemente escolarizada e profissionalmente qualificada, em contexto de estabilidade conjugal, protagonista de um calendário fecundo tardio e de uma assistência institucionalizada, medicalizada e normalizada do nascimento (Almeida et al., 1995; INE & FFMS, 2014; Pintassilgo, 2014).

Sabe-se, também, que a naturalidade da população em idade fértil é uma variável determinante das características da fecundidade, influenciando expectativas e resultados fecundos (INE & FFMS, 2014).

Ora, sendo Portugal um país de forte imigração, questionamo-nos até que ponto é que os contrastes culturais e étnicos podem introduzir esbatimentos ou reforços no padrão de fecundidade dominante e nas suas configurações socialmente diferenciadas.

Assim, este trabalho estrutura-se segundo dois eixos. Por um lado, procura a comparação de perfis sociográficos da população fecunda portuguesa com os da população imigrante com um maior tempo de permanência em Portugal, a população cabo-verdiana, o que nos remete para a importância, em tese, de variáveis de natureza cultural e étnica na ancoragem de eventuais distinções. Por outro lado, dá conta das diferenças das condições assistenciais ao nascimento entre as duas populações, às quais não são alheias as características anteriormente identificadas.

As fontes consideradas para este trabalho são as bases de dados dos nado-vivos de 2013, disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística, sendo que, para alguns indicadores, também recorreremos às bases de dados referentes aos anos compreendidos no período de 1995 a 2012. O tratamento estatístico dos dados foi feito com recurso ao programa de análise estatística, SPSS.

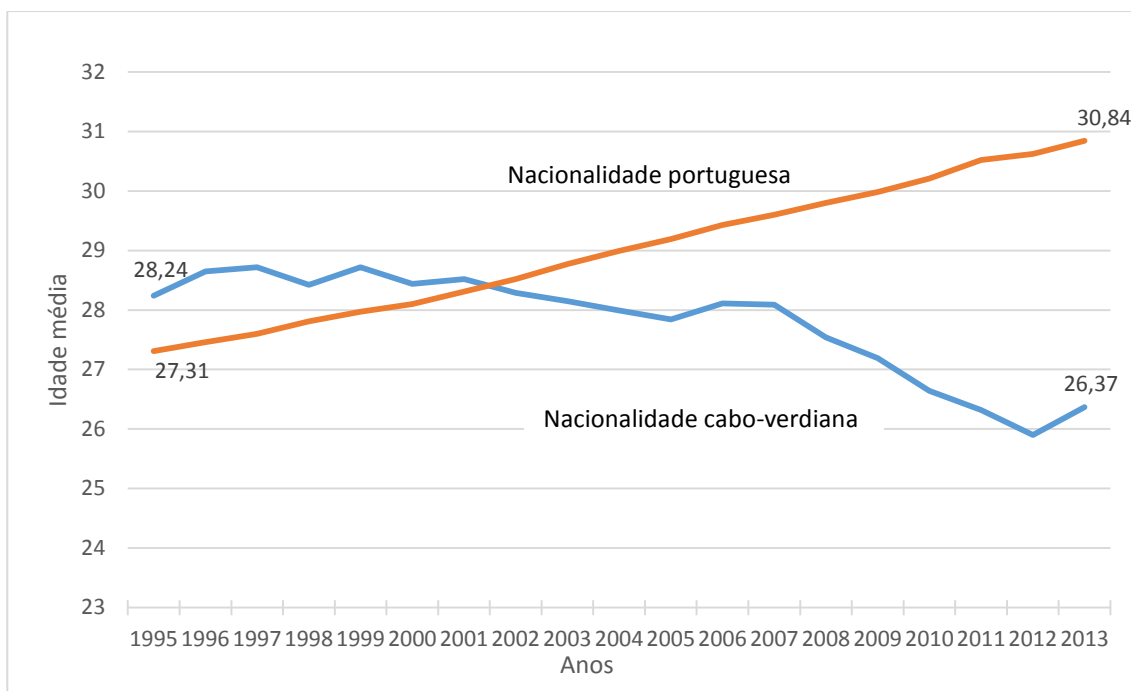
Observando a informação demográfica, verifica-se: i) uma intensidade da fecundidade superior em Cabo Verde; ii) uma menor intensidade da fecundidade das cabo-verdianas a residir em Portugal quando comparada com a das mulheres no país de origem; iii) uma fecundidade mais baixa de entre as portuguesas, por comparação com as cabo-verdianas. Não obstante, verifica-se uma tendência para a aproximação dos padrões de fecundidade da população portuguesa e da população imigrante em estudo, o que revela alguma porosidade da população cabo-verdiana na incorporação de um modelo fecundo diferente do que caracteriza o país de origem dessa população.

Já a evolução das curvas do calendário da fecundidade, medido pela idade das mães no nascimento dos filhos revela uma tendência oposta, no sentido do adiamento da fecundidade

da população portuguesa e do rejuvenescimento do calendário fecundo das mulheres cabo-verdianas a residir em Portugal.

A média de idades no nascimento dos filhos denuncia calendários tardios mais para as mulheres portuguesas do que para as cabo-verdianas. Assim, em 2013, a média de idades das primeiras é de 30,8 e das segundas, 26,3 anos.

Figura 1. Idade média das mães no nascimento dos filhos em Portugal, por nacionalidade cabo-verdiana e portuguesa da mãe, 1995-2013



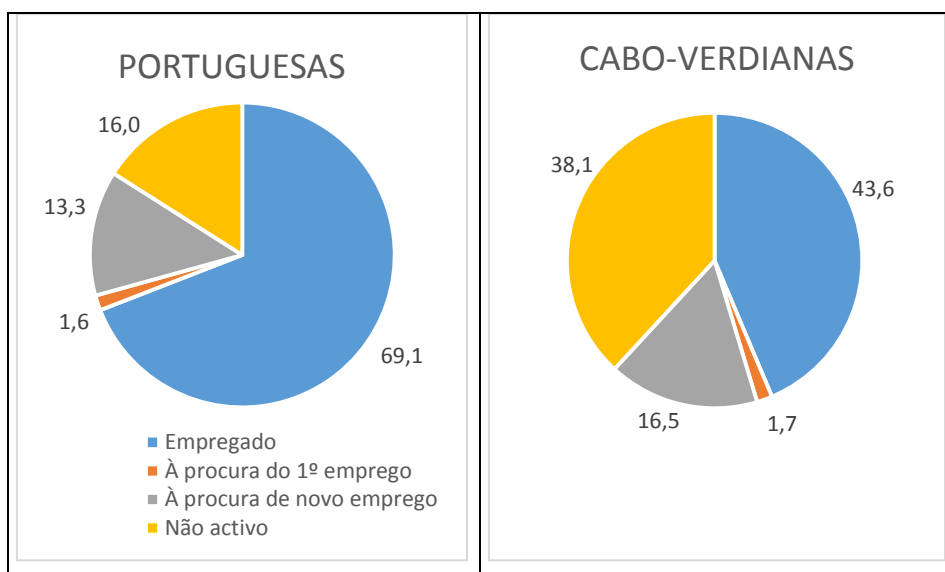
Fonte: Cálculos próprios a partir de Bases de dados dos nados-vivos, 1995-2013, INE

A aproximação dos valores do indicador da intensidade da fecundidade (o número de filhos por mulher), que ainda assim se mantém claramente superior para a população cabo-verdiana, terá como efeito o afastamento dos valores do calendário da fecundidade das duas populações. Isto é, tendo um número de filhos mais aproximado, as mulheres cabo-verdianas iniciam mais cedo a sua descendência, o que pode indiciar expectativas de descendência mais elevadas, embora não concretizadas. A distância entre fecundidade desejada e realizada (INE & FFMS, 2014) será assim, eventualmente maior no seio da população cabo-verdiana face à população portuguesa, o que estará relacionada com a especificidade e o contexto de cada uma das populações, de seguida caracterizadas.

Perfil sociográfico das populações fecundas em estudo / Perfis de fecundidade

A população das mulheres cabo-verdianas abrangidas neste estudo situa-se na base da pirâmide da estrutura social quando classificadas segundo os indicadores de classe social: nível de escolaridade; situação na profissão e categoria socioprofissional. Uma boa parte está excluída do mercado de trabalho, contrariamente à população portuguesa em estudo, como se verifica na figura 2.

Figura 2. População fecunda segundo a situação perante o trabalho (%), por nacionalidade, 2013

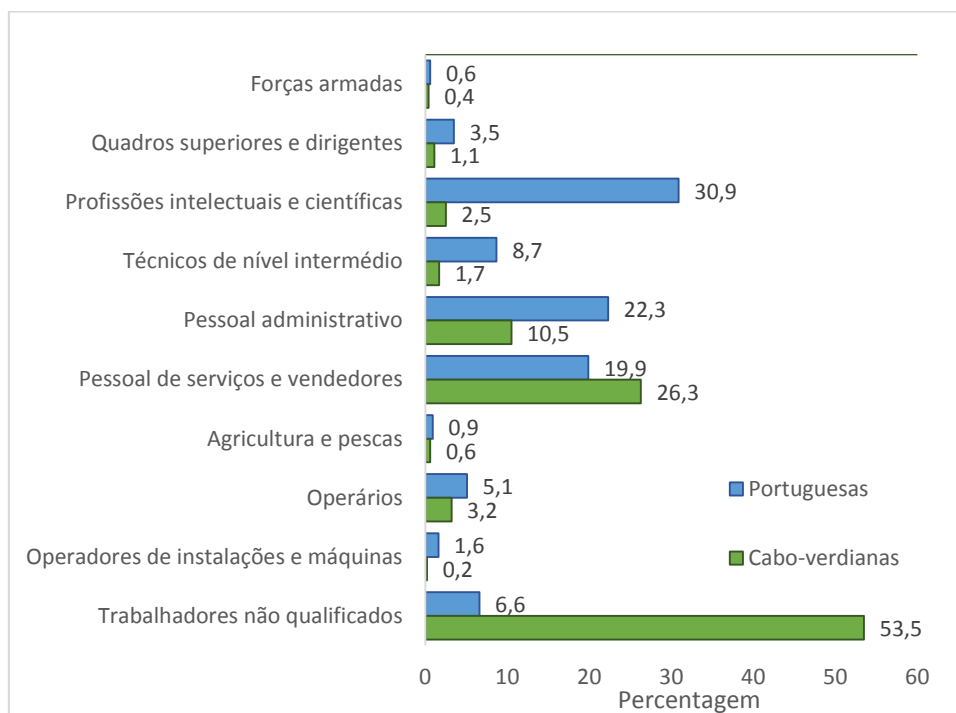


Fonte: Base de dados dos nados-vivos, 2013, INE

A população cabo-verdiana, quando incluída no mercado de trabalho, desempenha maioritariamente profissões não qualificadas – 53,5% contra 6,6% de portuguesas - e ainda profissões classificadas como serviços pessoais (empregadas domésticas) e vendedores (26,3%), como se observa na figura 3.

Já na população feminina fecunda portuguesa têm maior expressão as categorias de profissões intelectuais (30,9% contra 2,5% de cabo-verdianas), pessoal administrativo (22,3%) e serviços pessoais e vendedoras (19,9%).

Figura 3. População fecunda segundo as categorias socioprofissionais (%), por nacionalidade, 2013

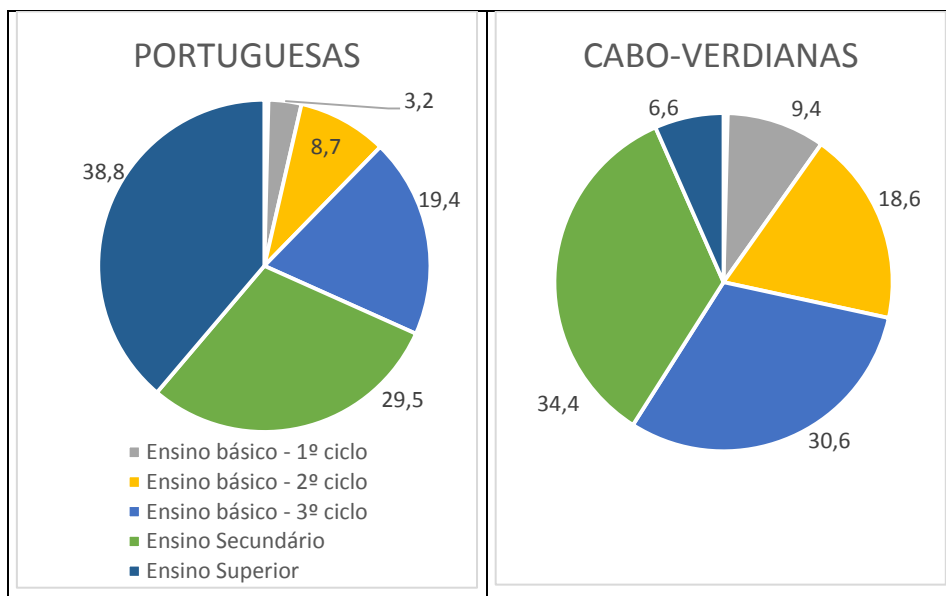


Fonte: Base de dados dos nados-vivos, 2013, INE

Naturalmente associados a estas características, estão os capitais escolares diferenciados das duas populações. Com efeito, na população fecunda cabo-verdiana, o nível de escolaridade com maior expressão numérica refere-se ao ensino básico – do 1º ao 3º ciclo – e ensino secundário. Simultaneamente, apresenta uma fraquíssima presença de entre as mulheres licenciadas (6,6% contra 38,8% de portuguesas), como ilustra a figura 4¹.

Figura 4. População fecunda segundo o nível de escolaridade (%), por nacionalidade, 2013

¹ As categorias 'Não sabe ler nem escrever' e 'Sabe ler sem ter frequentado o sistema de ensino' apresentam valores residuais para ambas as nacionalidades, pelo que se dispensou a sua inclusão no gráfico.



Fonte: Base de dados dos nados-vivos, 2013, INE

A correlação entre estes três indicadores parece indiciar a estreita ligação entre o poder social e económico e a decisão de alargar a família. Parece haver necessidade de uma boa estabilidade económica e profissional, aspectos que não são determinantes para que as mulheres cabo-verdianas tenham filhos.

Outras diferenças separam estas duas populações e que convergem para a ideia da estabilidade como condição *sine qua non* para a procriação. A tendência actual para uma maternidade tardia associada não só à progressiva escolarização das mulheres e à feminização do mercado de trabalho mas também à revalorização identitária de género. Por outro lado, os meios de diagnóstico cada vez mais seguros que permitem reduzir os riscos das maternidades tardias, justificam igualmente aquela tendência.

Para as mulheres cabo-verdianas, a decisão de ter filhos parece passar por outros critérios que não a condição indispensável e incontornável dos recursos económicos e da carreira profissional, critérios outros fundeados numa cultura em que o conceito de família alargada e os valores tradicionais da família, constituem um traço identitário fortemente estruturante e que vai perdurando ao longo dos tempos. Não quer com isto dizer-se que não seja afectado, por exemplo, pelos padrões demográficos dos países onde a diáspora cabo-verdiana se faz presente e mais do que isso, que não seja afectado pelas tendências procriadas pela pós-modernidade. As identidades são dinâmicas, moldam-se aos contextos de geometrias variáveis que enquadram os indivíduos, os grupos, as sociedades, as nações.

Os perfis de classe da população fecunda que foram identificados através dos indicadores que situam os indivíduos na estrutura social – inserção no mercado de trabalho, capital escolar e social – traduzem-se, naturalmente, nos recursos diferenciados mobilizados para o nascimento.

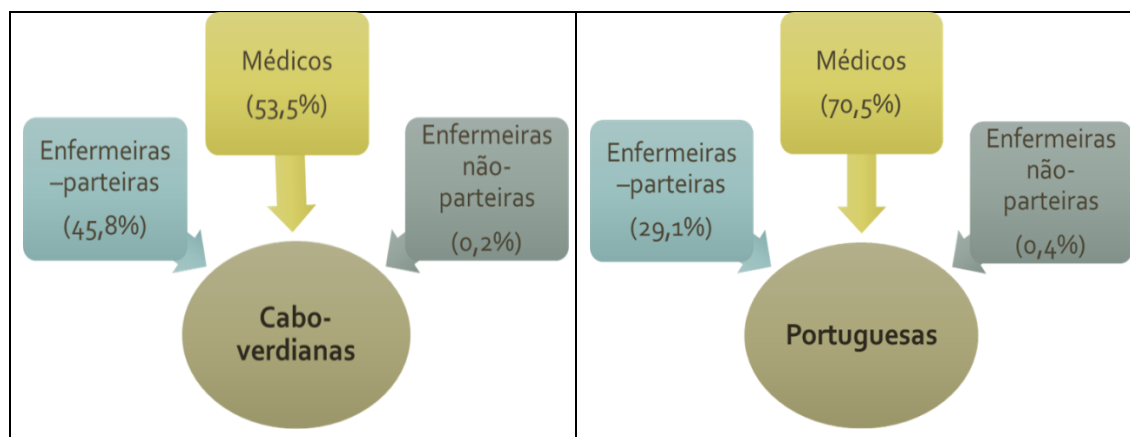
Condições Assistenciais e Características dos Nados-Vivos

A análise das características assistenciais da fecundidade da população em função da nacionalidade começa com a marca da universalidade do nascimento institucionalizado que, em Portugal, se consolidou ao longo da década de 1990 e que, em 2013, é transversal ao conjunto da população residente.

Assim, nesse ano, a quase totalidade dos nascimentos de mulheres portuguesas e cabo-verdianas ocorreu em contexto hospitalar, não sendo, por isso, o local do nascimento, um factor diferenciador das características da fecundidade das duas populações em análise.

No que diz respeito à assistência ao nascimento, verifica-se que são os médicos os principais interventores nos partos de umas e de outras mas, claramente, com maior incidência no caso das portuguesas. Assim, 70,5% foram assistidas por médicos e 53,5% no caso das cabo-verdianas. A estas últimas assistem, em quase 46% dos casos, enfermeiras-parteiras, como se sintetiza na figura 5.

Figura 5. Assistência ao nascimento, segundo a nacionalidade, 2013



Fonte: Base de dados dos nados-vivos, 2013, INE

A generalidade das mulheres tem os seus filhos nos hospitais, ficando por saber como se distribuem estes dois grupos de mulheres pelos sectores público e privado. Poderemos inferir, contudo, uma maior frequência dos nascimentos das mulheres portuguesas no setor privado.

Com efeito, a natureza institucional do hospital associar-se-á a especificidades na cultura organizacional, na gestão de recursos e na aplicação das determinações legais referentes à assistência ao nascimento (nomeadamente as que legitimam o papel do enfermeiro na assistência aos nascimentos de reduzido risco). Nesse contexto, a maior hierarquização de funções e o protagonismo médico reforçado verifica-se nos hospitais do sector privado e nos nascimentos que aí ocorrem. Ora, sendo as mulheres portuguesas as mais assistidas por médicos, serão aquelas a recorrer, sobretudo, à oferta hospitalar privada.

É também nesse contexto que se podem ler os resultados da duração da gravidez, cuja média é de 38,65 semanas para a população portuguesa e de 38,80 para a população cabo-verdiana, que regista, assim, uma duração mais elevada. Se considerarmos, também, os valores do desvio-padrão desta variável (1,809 semanas para a população portuguesa e 2,116 semanas para a população cabo-verdiana) poder-se-á sugerir a associação de uma duração mais curta e homogénea da gravidez da população de nacionalidade portuguesa a um maior controlo e medicalização do nascimento.

Apesar da duração de gravidez mais curta, são os nados-vivos de mães portuguesas que registam um peso mais elevado. De facto, mesmo não havendo uma diferença estatisticamente significativa entre o peso dos nados-vivos dos dois grupos de mulheres (nível de significância: 0.095), observa-se que, para o conjunto das mulheres portuguesas, o peso médio dos nados-vivos é ligeiramente superior (3149 grs. contra 3120 grs. da população cabo-verdiana). Este dado poderá decorrer de uma menor proporção de masculinidade no caso dos nados-vivos das cabo-verdianas.

Reflexões finais

A informação estatística analisada evidenciou distinções, mais ou menos salientes, ancoradas nos perfis sociográficos das duas populações cultural e etnicamente distintas. Assim, a posição de classe vai-se definindo, ao longo do estudo, como um elemento estruturador de características da população fecunda cabo-verdiana e portuguesa. Existirão outros factores diferenciadores?

Para além desta interrogação que decorre da primeira parte do estudo, observou-se que os recursos diferenciais que determinam padrões fecundos distintos, em termos de intensidade e calendário, influenciam também a própria experiência da fecundidade e do nascimento. A posição social favorecida parece ser decisiva na opção por nascimentos mais 'controlados' pela presença médica o que reflecte outras especificidades assistenciais, nomeadamente, a natureza institucional do local de nascimento e as próprias características do nascimento. As diferenças na duração da gravidez, mais 'normalizada' no caso português, são um indicador dessa especificidade.

Este texto materializa uma primeira incursão no terreno fértil da fecundidade, passe-se o aparente pleonasma, fértil em interrogações teórico-empíricas que emergem no cruzamento disciplinar da Sociologia – em particular da Sociologia do Nascimento e da Sociologia da Cultura - com a Demografia. Neste cruzamento, acasalam-se dimensões fortemente

estruturantes da realidade social em análise, como sejam a etnia e a classe social. Convocam-se as heranças culturais e a etnicidade para escrutinar quadros familiares e de conjugalidade onde ocorrem os nascimentos, assim como os capitais escolar e socioeconómico para detectar e compreender realidades, sentidos, objectividades e subjectividades que diferenciam mulheres na sua relação com o nascimento.

Este é o caminho que se desenha daqui para a frente, recorrendo não só à informação de natureza quantitativa mas a uma abordagem qualitativa que permitirá, por exemplo: i) perceber a complexidade presente em cada uma das dimensões analíticas que configuram a família e a representação dela; ii) compreender e desmontar a idealização dos padrões de fecundidade a partir das representações sociais sobre a família e a maternidade; iii) captar a (re)definição de modelos identitários e de género a partir das experiências de nascimento e da maternidade, entre outras questões.

Bibliografia

- Almeida, A. N., Ferreira, C., Ferrão, F., & André, I. M. (1995). *Padrões recentes da fecundidade em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres.
- Almeida, A. N., André, I. M., & Lalanda, P. (2002). Novos padrões e outros cenários para fecundidade em Portugal. *Análise Social*, XXXVII(163), 371-409.
- Almeida, A. N., Vilar, D., André, I. M. & Lalanda, P. (2004). *Fecundidade e contraceção - percursos de saúde reprodutiva das mulheres portuguesas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Bandeira, M. L. (1996). *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Cunha, V. (2005). A Fecundidade das Famílias. Wall, K. (ed.). *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 395-464.
- Instituto Nacional de Estatística, Fundação Francisco Manuel dos Santos (2014). *Inquérito à Fecundidade e Família 2013*. Lisboa: INE, FFMS.
- Martins, A. S. (2008). *Crenças de Saúde em Minorias Étnicas: a gravidez em mulheres Africanas em Portugal*. Tese de mestrado em Psicologia Social e das Organizações. Lisboa: ISCTE-IUL
- Pintassilgo, S. (2014). *O Risco e as Condições Sociais e Assistenciais da Maternidade em Portugal*. Tese de doutoramento em Sociologia. Lisboa: ISCTE-IUL.

